

BRASIL – NAÇÃO MILITARISTA OU ANTIMILITARISTA ?



Capitão
LUIZ PAULO
MACEDO CARVALHO

QUESTÃO CONTROVERTIDA (VEXATA QUAESTIO)

No calor das polêmicas travadas em torno do incremento da atuação das Classes Armadas no cenário político-nacional geralmente acoimam o Brasil de trazer latente em seu bôjo o germe do Estado Militarista.

Não se pretende aqui negar a participação dos militares na vida política da Nação, mesmo porque tal fato “constitui um fenômeno cujas raízes históricas se confundem com as próprias raízes da nacionalidade”. Além disso, nunca como agora, no quadro da conjuntura mundial, os arquitetos da política nacional estiveram tão dependentes da assessoria do soldado profissional, nem os generais se sentiram tão necessitados da orientação das autoridades civis na formulação da estratégia militar. Entretanto, daí se inferir, à primeira vista, a existência implícita de um Estado Militarista dentro da verdadeira acepção da palavra — domínio do governo pelos militares — afigura-se inverossímil e carece de significado.

Chegar-se a uma afirmação categórica e a generalização neste sentido, com base em acontecimentos esparsos ou atitudes sócio-políticas de grupos e indivíduos em determinados períodos, sem se deter em uma fria e criteriosa análise da formação da nacionalidade brasileira e dos conseqüentes reflexos no espírito das Forças Armadas, é temerário, pois os caracteres de um povo exercem significativa influência

nas suas tendências, por intermédio dos quadros e contingentes incorporados. No caso brasileiro, esta proposição evidente, cuja aceitação como verdadeira é incontestável, ganha transcendência pelas fiéis provas apresentadas através da história de que as Forças Armadas representam efetivamente a Nação em armas.

O caráter de que se revestiu a colonização do Brasil, exigindo a miscigenação do branco, índio e negro, plasmou um tipo "sui generis", cuja personalidade, através do comportamento social revelado no curso dos tempos, se caracterizou por traços de profundo senso de respeito ao próximo e antagonicamente individualista, amante da liberdade e da natureza, pacifista de vocação mas desassombrosa, sem grandes preconceitos raciais, de acentuada índole humanitária e arraigados princípios cristãos, e desenvolvida capacidade de improvisação, em que o talento se sobrepõe à cultura. Este povo assim moldado, despido de tradições guerreiras, mas que atesta bravura nos monumentos públicos a seus heróis, jamais ofereceu condições para florescimento de uma sociedade militarista, mesmo em épocas propícias de convulsões político-sociais, intestinas e internacionais.

Ademais, a autenticidade das Forças Armadas, como elemento coercitivo da lei e intrínseco da soberania do Estado, lhes é conferida pela identidade de sentimentos e aspirações com a nacionalidade, manifestadas no apoio popular a seus atos nos momentos de crise. E, nesse particular, se pode afirmar, sem medo de erro, que as forçadas intervenções militares na esfera política quase sempre se efetuaram com o explícito assentimento do povo, embora este delas participasse mais na qualidade de espectador, como sói acontecer na maioria dos movimentos de transformação social em todo o mundo. Nas oportunidades em que pareciam em choque com o povo, na realidade, encontravam em conflito com homens que se divorciavam de compromissos assumidos perante a Nação ou enxergavam mais à frente, como se comprovou no passar dos tempos.

Desta forma, integrados pelos caracteres marcantes da nacionalidade — amor à liberdade, sentimento pacifista e tendência improvisadora — os civis e militares lograram alcançar com sacrifícios minorizados os diversos estágios que assinalam a evolução dos povos, normalmente, à custa de muito suor, lágrima e sangue. Assim, passou o Brasil de Colônia a Império, rompeu os grilhões que o atavam a Portugal, consolidou e nacionalizou a emancipação política; assegurou a unidade territorial, aboliu a escravatura, proclamou a República, abateu uma ditadura traiçoeiramente implantada, infligiu séria derrota ao comunismo internacional e luta ainda corajosamente pelo completo desenvolvimento econômico-cultural.

Nestes 144 anos de independência e 77 de república apenas um general integrou o triunvirato das regências durante a minoridade de D. Pedro II; somente por três vezes dentre vinte e oito gabinetes, nos 43 anos e 4 meses de regime parlamentarista, o Conselho de Mi-

nistros esteve nas mãos de um militar, sobre quem pairam dúvidas se foi mais soldado ou estadista; no sistema presidencialista em cerca de uma vintena de chefes de governo, contam-se seis que vestiam uniforme. Dos militares que ocuparam a presidência do Brasil, o primeiro a exerceu, num curto espaço de tempo, à testa do governo republicano provisório; o segundo assumiu o cargo face à renúncia do titular efetivo, como seu legítimo sucessor (vice-presidente eleito); dois ascenderam a esta elevada função por sufrágio universal direto; outro, investiu-se na suprema magistratura, interinamente, chefiando uma Junta Militar; e, finalmente, o atual foi levado ao poder por escolha do Congresso, de acordo com as normas constitucionais vigentes, no cumprimento de suas atribuições legais.

No campo externo, as armas brasileiras contiveram as idéias expansionistas dos caudilhos do Prata; tornaram-se fiadoras da soberania de uma república irmã; puseram fim a uma tirania que ameaçou o continente sul-americano; combateram o totalitarismo de direito, em diferentes épocas, no Velho Mundo; contribuíram para a manutenção da paz no longínquo Oriente Médio e no tumultuado Congo; e atenderam prontamente aos chamados da OEA e da ONU, para restabelecer a concórdia e o sossego, no agitado Caribe e no disputada Caxemira.

Esta nação, desprovida de ambições extraterritoriais, cuja base de sua estrutura político-social se alicerça na família, ab-rosa orgulhosa e claramente em sua carta magna as guerras de conquista desde 1891. Um dos maiores e mais ricos países do globo, com uma taxa de crescimento demográfico extraordinário, fazendo limites com todas as demais repúblicas da América do Sul, exceto o Equador e o Chile, o Brasil jamais apelou às armas para solucionar os reduzidos litígios fronteiriços com os vizinhos. Preferiu a pena ao fuzil, valendo-se da ponderação e sabedoria de uma diplomacia mundialmente reconhecida ao invés da voz de guerra de sua majestida o canhão. Honrando sempre os compromissos internacionais firmados, muitas vezes em detrimento de seus interesses privados, e conduzindo uma política exterior que reproduz os anseios da comunidade democrática-cristã já deu sobre as demonstrações de espírito de renúncia e desprendimento, tanto em plagas americanas como de além-mar, na preservação dos ideais de paz que constituem a pedra angular de sua formação histórica. Altivo na luta e magnânimo na vitória, tem revelado possuir, em síntese, como objetivo nacional permante o bem-estar comum.

Decididamente, tal comportamento manifesto de uma nação não condiz com a forma impura de um Estado Militarista, o que por si só bastaria para desacreditar quaisquer insinuações deste teor com referência ao Brasil.

Contudo, sendo as Forças Armadas a expressão máxima do Poder Militar de uma nação, para se aquilatar com precisão e justiça a influência deste na conjuntura brasileira, se faz mister pesquisar as origens, a missão e a atuação dessas instituições nacionais permanentes à luz da verdade histórica, da ordem jurídica e da razão.

DAS ORIGENS (AB ORIGINE)

As origens de nossas Forças Armadas se perdem na intenção lusa de guarnecer a Colônia sem grandes ônus, agravada pela sua vasta extensão territorial. A tais fatores acrescem ainda a inexistência de uma força militar permanente na metrópole, a agressividade de alguns grupos indígenas e as sucessivas investidas alienígenas, tanto à costa como ao interior do Brasil. Conclui-se, pois, que por uma imposição nitidamente defensiva, para não dizer de sobrevivência, a Coroa não pôde dispensar o concurso de mestiços, índios e colonos, sem distinção de níveis sociais, côr ou credo, a fim de garantir a posse das terras descobertas. Assim, dêste caldeamento étnico-cultural brotou espontânea e inconscientemente o embrião democrático da infra-estrutura militar brasileira, com as características que lhe são peculiares.

Data desta época a aparição da "célula mater" das Forças Armadas — as "companhias de ordenança" — força eminentemente popular que expressou os primeiros sentimentos de uma consciência nacional e deu contextura às armas brasileiras.

Dai para cá o quartel no Brasil vem desempenhando o papel de autêntico cadinho dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

Ultrapassada a fase crítica de fixação ao solo conquistado, em uma primeira manifestação contrária à implantação de uma sociedade militarista e de acendrado amor à vida livre — legado precioso do nativo — o recrutamento militar no Brasil Colonial se processou quase sob compulsão.

Somente por ocasião dos movimentos nativistas pré-emancipadores, é que se veria o cidadão-soldado, movido pelos ditames da razão, procurar a caserna e pegar em armas deliberadamente.

Consolidada a independência política e mantida a unidade territorial, novamente os quartéis se esvaziaram, tendo mesmo de se valer de mercenários estrangeiros e das classes menos favorecidas pela sorte para completar os efetivos, só voltando a se lotarem nas horas difíceis da campanha paraguaia, quando se notabilizaram as tradicionais unidades de "voluntários". Assim sucedeu até instituir-se na República o serviço militar obrigatório. Era o cidadão transfigurando-se em soldado para cumprir seu dever cívico, e o soldado voltando à simples condição de cidadão, ao realizar a sua nobre obra.

Com a incorporação compulsória nas fileiras, de representantes de tôdas as camadas populares, deixou a caserna de ser reformatório para marginais e abrigo de mercenários como no Império.

O desmoronamento progressivo da ordem tradicional nos idos de 1930, consequência das súbitas transformações sociais e do enfraquecimento da economia nacional, colocou de novo as instituições armadas em evidência, dando a falsa impressão do aparecimento de um fantasma militarista.

Acontecia que em uma sociedade onde havia pouca mobilidade social na vida civil, as Forças Armadas, oferecendo ilimitadas oportunidades de progresso devido a suas bases democráticas, converteram-se em um foco de atração. Destarte, o brasileiro, apesar de, por natureza, abominar a guerra e buscar facilidades imediatistas para vencer na vida, o que o torna avesso às agruras da carreira das armas, viu na experiência do serviço militar um meio de se realizar pessoalmente. Verifica-se, pois, que os jovens de então preferiram trocar a relativa liberdade do meio civil pela rígida disciplina e estratificação hierárquica imposta na caserna, mais por segurança psicológica, posição social e uma profissão que os ajudassem a progredir após a desincorporação do que por inclinações guerreiras. A iniciação nas Forças Armadas era sem dúvida, em especial, para os oriundos das classes mais humildes, uma escola valiosa. Essas circunstâncias vêm reafirmar quanto o nosso homem valoriza a paz e relega o espírito marcial, que tanto empolga os militaristas.

O término da II Guerra Mundial trouxe o descrédito de todas as modalidades de totalitarismo, a conscientização generalizada na Nação e a ampliação dos mercados de trabalho, face às modificações fundamentais da estrutura social, do sistema político e das técnicas de produção, que marcam a entrada do País na transição para o arranco econômico. Com isso, o soldado, embora figura absolutamente decisiva na transição (no dizer de Rostow), vem cedendo lugar ao civil e provocando até mesmo uma certa aversão injusta a tudo que traz o rótulo de militar. Isto explica, em parte, o sensível declínio no afluxo aos centros de recrutamento militar.

Dentre as características de subdesenvolvimento avultam um baixo nível cultural e grande apatia política. Portanto, recrutada a tropa desta massa, como não poderia deixar de ser, o elevado índice de analfabetismo e a acentuada indiferença política tendem a fazê-lo um instrumento leal a seus chefes e facilmente liderado. Esta distância entre oficiais e praças, se por um lado diminuiu pela crescente democratização que o serviço militar obrigatório promoveu, por outro lado ampliou-se pelas diferenças no grau de aculturação à vida moderna. Por esta razão, para melhor compreensão da essência sociológica dos fatos, é indisponível uma análise mais detalhada do que representam os líderes militares, uma vez que os quadros como elementos permanentes definem com maior nitidez as Forças Armadas.

Procedente de todos os degraus que corporificam a pirâmide social, desde o Brasil Colônia até hoje, a oficialidade, em uma amostra representativa do todo nacional, vivendo em uma simbiose perfeita com o restante do povo em toda sua evolução político-social, mantém os vínculos hereditários do conjunto de convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociológicas e políticas relacionadas com a nacionalidade, quer apoiando reivindicações ou se antecipando na exteriorização de seus ardentes desejos. A maior prova desta afirmação já era encontrada na carta régia de 1727, que proibia aos bra-

sileiros de ascenderem acima do pôsto de alferes dadas as idéias republicanas defendidas por êles claramente.

Nos quadros das Fôrças Armadas brasileiras não predomina o sistema de castas tão comum nas civilizações militaristas, o que atesta serem a verdadeira expressão do povo. Nossos oficiais-generais, com exceção de uns poucos, emergiram das massas. Chefes militares brancos, pretos, mulatos e pardos, homogeneizados pelos valores morais e profissionais, repletam as galerias de comandantes em nossos quartéis. No passado, o exemplo do filho de um singelo ferreiro cearense que se immortalizou como patrono da infantaria brasileira, reforçado, nos dias atuais, na pessoa do menino obscuro de Messejana, que se elevou à suprema magistratura da Nação, comprovam a veracidade das afirmativas precedentes.

O corpo de oficiais e graduados das Fôrças Armadas, em geral, e do Exército, em particular, é de uma coincidência estrutural grandiosa com a classe média, prevalecendo no conjunto indivíduos de condições modestas. Os novos grupos que se dirigem às academias militares, talvez por provirem em maior percentagem da classe média urbana, ao contrário do oficial tradicionalmente de origem nobre e rural, do início do Império ao fim da 1.^a República, não guardam laços fortes com a oligarquia latifundiária altamente influenciada pela igreja de outrora.

A identificação social da oficialidade com a massa de onde saiu constitui, provavelmente, a causa primeira de as Fôrças Armadas encarnarem um espírito democrático e antidespótico.

Quanto aos graduados, ainda que não defrontassem obstáculos intransponíveis para galgar o oficialato (haja vista o sem número de sargentos que chegaram a generais), somente agora começam a perder o cunho de "casca grossa" com a disseminação pela tropa das levas de diplomados pelas hodiernas escolas de formação e especialização.

Em suma, parece o Exército, quicá por ser das três fôrças a de maior efetivo, estar mais ligado aos interesses, aspirações e tensões que dão a imagem do povo; a Marinha, embora bastante democratizada pela II Guerra Mundial, por suas propensões conservadoras, parece simbolizar a aristocracia; a Aeronáutica, nascida sob o signo do progresso e das idéias avançadas do século XX, parece exprimir a chama viva do liberalismo franco que domina a sociedade moderna.

DE DIREITO E DE FATO (JURE ET FACTO)

Para se falar do papel que cabe às Fôrças Armadas, no Brasil, primeiramente, se necessita saber como estão institucionalizadas. Isto implica em conhecer suas legítimas missões dentro da zona-de-ação delimitada por lei, em outros termos, sua destinação constitucional e suas finalidades.

No que tange à destinação nada melhor do que se valer do conceito formulado pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, ao proferir a aula inaugural da ESCEME em 1964:

"A conduta das Forças Armadas decorre, antes de tudo, da destinação que a Constituição Brasileira lhe atribui. É ela a própria definição das Forças Armadas. Envolve a existência das instituições militares e também dos seus servidores. Atualmente, é a base democrática da ideologia dos militares. Está vinculada à evolução política do País. Enquanto em algumas nações o Poder Militar é institucionalmente adaptado a um partido único ou ao poder pessoal de um governante discricionário, a nossa Constituição manda que as Forças Armadas garantam um regime cuja autodeterminação, externa e interna, se legitime na representação popular... A destinação é, por isso, durável e se remodela quando o povo ou quando grupos minoritários se apoderam dos seus destinos. Exemplos destacados encontramos na passagem das forças do Czar para as do Estado Soviético na mudança democrática das instituições militares do poder nazista para as da Alemanha Ocidental, na grandeza da destinação militar existente nos Estados Unidos e na Inglaterra, na conturbada história de muitos governos sul-americanos e nas lições brasileiras que nos deu o período ditatorial do Estado Novo e que aprendemos nos períodos governamentais de autoridade legal."...

Citando a própria Constituição, prossegue o General CASTELO BRANCO:

"Consta... de seu Artigo 177 a destinação das instituições militares — defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. O destino assim traçado é bem consentâneo com o estágio de nossa evolução, levando-o ao plano da manutenção da lei e da ordem, o que, no entanto, em alguns países, não cabe às Forças Armadas.

"Defender a Pátria" significa proteger o território nacional e as instituições democráticas enunciadas no Artigo 1.º da Constituição — o regime representativo, a Federação e a República — contra quaisquer agressões, claras ou sub-reptícias, de origem externa ou interna.

"Garantir os poderes constitucionais" especifica dar segurança ao Executivo, Legislativo e Judiciário, para que se desincumbam de suas atribuições legais, independente e harmonicamente, livres de quaisquer pressões. Cumpre destacar, entretanto, que esta garantia se faz exclusivamente dentro dos limites da lei aos poderes e não a pessoas.

"Garantir a lei e a ordem" resume-se em fazer respeitadas as normas legais estabelecidas ou que delas advenham, o que concede às Forças Armadas brasileiras uma feição toda especial.

Enquanto a destinação constitucional fixa a missão principal das Forças Armadas as finalidades particularizam e materializam as ações implícitas.

Estas finalidades, concorde a doutrina preconizada pela Escola Superior de Guerra, se dividem consoante a natureza da atividade a ser empreendida em: essenciais, complementares e secundárias.

As essenciais, fundamentalmente políticas, são aquelas que definem a própria essência das Forças Armadas (combater o inimigo externo, reprimir movimentos revolucionários e insurrecionais, participar de operações combinadas e conjuntas, integrar forças aliadas no estrangeiro e guardar fronteiras); as complementares, como o nome indica, completam as primeiras, acompanhando os progressos da arte da guerra e ampliando o Potencial Nacional (formar, especializar e aperfeiçoar os quadros das três forças, preparar reservas, colaborar na defesa civil, atuar preventiva e repressivamente na garantia da aplicação da lei e manutenção da ordem, depois de considerado o emprego das polícias); afinal as secundárias enfeixam atividades diversas, sem uma nítida característica militar, mas que, em um país em desenvolvimento e em situações de emergência, recaem sobre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, dada a disponibilidade de pessoal e material especializado (hidrografia, oceanografia, meteorologia, balizamento e sinalização náutica, auxílio à pesca, patrulhas costeiras, repressão ao contrabando, assistência médico-social, construção de ferrovias e rodovias, cartografia, ensino técnico-profissional médio e superior, combate ao analfabetismo, luta pela higidez pública, apoio a regiões inóspitas e fronteiriças, pesquisas tecnológicas, serviço de proteção ao voo, abertura e administração de aeroportos, seleção de aeronavegantes, aerofotogrametria, correio aéreo, incentivo às indústrias básicas, transporte, socorro, busca e salvamento em casos de notória calamidade ou humanitários, etc.)

FATOS, NÃO PALAVRAS (RES, NON VERBA)

Analizadas as origens e a destinação das Forças Armadas, resta verificar o papel desempenhado por elas ao longo da história.

A expressiva vitória obtida sobre os holandeses na Campina do Taborda, a Guerra dos Mascates e os Emboabas, a Inconfidência Mineira, a Conspiração Baiana de 1798, a Revolta de Pernambuco em 1817, a defesa do Forte de Coimbra, as lutas ao Sul do País apreçoam o espírito nativista, integrador, ideológico, republicano e democrático que norteou as inorgânicas armas brasileiras ainda na sua infância.

Foram as tropas nacionais que deram cobertura a D. Pedro contra a Divisão Avilez, no célebre episódio do "Fico", que culminou com o brado de independência em 1822.

Graças a unidades tais como o "Batalhão do Imperador", constituído da nata da mocidade carioca, o "Batalhão dos Henriques", à base de

negros forros, os corpos de "Jagunços" e "Couraças", integrados por sertanejos nordestinos, eliminaram-se os últimos redutos portugueses na Bahia, Maranhão e Pará.

Os infaustos acontecimentos de 1823, fruto de manobras inescrupulosas, submeteram as embrionárias forças brasileiras à sua primeira e rude experiência no campo da política interna, de onde saíram com o prestígio de seu nome arranhado.

Na "Confederação do Equador", como na similar "Guerra dos Farapos", dez anos mais tarde, entrariam em choque os sentimentos liberais e preservadores da unidade nacional que dominavam a mentalidade dos oficiais da época.

A famosa retirada de "Passo do Rosário", na malfadada e impopular Campanha Cisplatina, entre outras coisas, mostra o ânimo contrário à guerra de conquistas do combatente brasileiro.

Pondo fim ao I Império, em 1831, as Forças Armadas penitenciavam-se da impensada dissolução da Assembléia Constituinte, consolidavam e nacionalizavam a independência e, sobretudo, revelavam-se perfeitamente entrosadas com o povo no campo de Santana.

"Tudo, tudo se deve à coragem invencível do Exército Brasileiro, que desmentiu os sonhos insensatos de tirania" — proclamou o conhecido político liberal do Império, EVARISTO DA VEIGA, ao se instituir o sistema de Regência no Brasil.

No agitado período das Regências, em que várias correntes políticas se definem na luta pelo poder, as Forças Armadas, ainda desorganizadas e falhas em sua estrutura, se aglutinam, violando mesmo inatas tendências republicanas, para coesas tornarem-se fortes, de modo a restabelecer a ordem interna, aplacar paixões, manter a integridade territorial, repudiar o despotismo e afirmarem-se como autoridade moderadora. Eis aí a explicação para o aparecimento, na primeira regência trina, do nome do General FRANCISCO DE LIMA E SILVA — sua atuação serena e equilibrada na deposição do imperador converteu-se em penhor para sustentação do Poder Civil.

Possuíssem os militares intentos absolutistas, teriam empalmado as rédeas do governo, frente ao ambiente de incertezas e desassossegos vividos da abdicação à maioridade. Mas, opostamente, o Exército enctou uma ação pacificadora, consubstanciada na figura de seu patrono, que perduraria até o primeiro terço do II Império.

Impondo-se por sua nobreza de caráter e habilidade política, sobressai o vulto de Caxias na "Abrilada" (à testa do "Batalhão Sagrado" de oficiais-soldados), na "Balaçada", nos movimentos liberais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde, ao mesmo tempo enérgico e humano, restabeleceu a ordem e não permitiu que ressentimentos políticos dividissem irmãos.

Eram os políticos irrefletidamente ignorando a realidade nacional e, conseqüentemente, se afastando do povo, e os militares estreitando

os laços que os uniam à nacionalidade. As inclinações democráticas entre os oficiais de então atingiam os extremos, mas havia um valor maior a ser preservado — a unidade pátria.

No Senado, na direção do Ministério da Guerra ou na Presidência do Conselho, vê-se no político Caxias um conservador disciplinado, ponderado e decente, a quem a mesquinha politicagem — nefasta herança de dias antepassados — não poupou.

Segue-se a luta contra o caudilhismo platino. Organiza-se o "Exército Libertador", Oribe capitula, dá-se a vitória de Monte Caseros e os argentinos ovacionam as forças brasileiras.

Esquecendo que o Brasil agira como genuíno fiador da independência paraguaia, a tirania de Solano Lopes leva as armas brasileiras a operações sem precedentes na história sul-americana. Arrostando sérios reveses de natureza humana e econômica, sem auferir qualquer vantagem material em benefício da Nação (visto que até a reconhecida dívida de guerra foi considerada extinta, em 1943, pelo governo Vargas), o soldado brasileiro cobre-se de louros nos campos de batalha.

O problema escravagista tendo subido à consciência dos militares durante a guerra contra o Paraguai, ao término do conflito incita o Exército a não encampar a degradante tarefa de "capitão-de-mato".

Mais uma vez, em meio às agitações político-sociais que perturbavam o final do II Império até 1888, os militares não se aproveitaram para tomar o governo da Nação.

Apesar da chamada "Questão Militar" ter servido de estopim à Proclamação da República e de alguns historiadores insistirem em afirmar que o "povo a tenha assistido bestificado", a verdade é que a anacrônica forma de governo monárquica, sujeita aos azares de uma sucessão hereditária, não se coadunava com a dinâmica social da América em desenvolvimento. O manifesto de 1870, a Convenção de Itu e a propaganda alimentada até a eclosão do movimento republicano testemunham o duelo travado nos bastidores entre um federalismo identificado com a República e o unitarismo clássico do Império. As Forças Armadas ao substituírem a monarquia pelo republicanismo nada mais fizeram do que externar a incontida ânsia generalizada de progresso e democratização, acalentada pelos nativistas desde o Brasil Colônia e que somente então com o abrasileiramento da cultura, a experiência de uma contenda externa e os ensinamentos colhidos através os anos, em períodos de transição, se estruturaram e adquiriram uma fisionomia definida. Em resumo, o militar participa deste capítulo da história pátria mais como agente do que causa.

Com a institucionalização da República a história se repete. Novamente, uma brusca transformação social colocava o Poder Militar em evidência. Pela segunda vez, as Forças Armadas arcaram com os ônus de atitudes precipitadas de um chefe ferido em seu orgulho pessoal. Mas agora já um tanto amadurecida, a própria instituição não tardou a manifestar desagrado ao seu emprêgo indevido (Revolta da

Armada e das Fortalezas). O impulsivo e valente DEODORO era um homem talhado para liderar uma revolução, mas nunca para chefe de Estado. No entanto, seus desregramentos políticos ficam minorizados ante o patriótico gesto de renunciar para evitar derramamento de sangue.

A consolidação da nova ordem política e jurídica dependia muito de uma personalidade calma e impávida, fria e calculista, inteligente e inflexível. Esta personagem controvertida foi encontrada no sucessor do primeiro mandatário republicano — FLORIANO. Enfrentando uma tenaz oposição (inclusive de camaradas d'arma), que não lhe poupou dificuldades e no auge acusou-o de ocultar intenções continuistas, o "Marechal de Ferro", agindo imparcialmente, entregou o governo ao candidato civil eleito (adversário de DEODORO na primeira eleição presidencial). Não se discute se FLORIANO andou por vezes fora da Constituição, a República corria perigo, impunha-se um braço forte.

Passar-se-iam alguns quadriênios, entremeados pela rebelião de Canudos e por ligeiras sedições, mais de caráter disciplinar, na Escola Militar, até o reaparecimento inesperado e inexplicável dos militares na política com o lançamento da candidatura HERMES DA FONSECA. Serenados os ânimos, normalizada a situação financeira, promovida a recuperação econômica da Nação, não havia motivo que justificasse o registro de uma candidatura militar. Conforme as palavras de um comentarista de então, o levantamento do nome de HERMES contra o de RUI BARBOSA "não foi fruto da consideração nacional que realmente merecia mas o resultado de combinações políticas que o escravizaram ao Partido Republicano Conservador e a seu chefe, o Senador PINHEIRO MACHADO". Foi mais um soldado ilustre que, envolvido pelos maquiavélicos políticos e movido pela vaidade pessoal, arrastaria as Forças Armadas ao desprestígio público. De início, os próprios oficiais, antevendo as nuvens escuras no horizonte político-militar, se opuseram à indicação do Marechal. Entrementes, com o desfecho da acirrada campanha civilista, já movida com propósitos deliberados, os militares morderam a isca, polarizaram-se e a história aponta a revivescência de inquietações.

Em que pese as deficiências de HERMES como homem público, se deve a ele a elaboração da lei do serviço militar obrigatório e a extensão de benefícios concretos ao operariado, cujos resultados dariam realismo à democracia e consistência aos alicerces de uma política trabalhista nascitura.

Sob a égide do Poder Civil atravessou a Nação a I Grande Guerra. Fiéis à tradição ininterrupta de uma política externa pacifista, mas digna, os brasileiros repudiaram as idéias expansionistas e totalitárias que o KAISER tentou impor ao mundo. Neste período governamental também ocorre o levante do "Contestado" que sofreu uma violenta repressão por parte das tropas federais.

Em 1922, os pescadores de águas turvas, lançando mão de uma trama bem urdida e artimanhas inqualificáveis, infiltraram-se nos

quartéis e utilizaram-se da boa fé de uma minoria para buscar ocultos fins políticos. Mas desses tumultuados acontecimentos se colheria uma grande lição, as Forças Armadas não mais eram material para os politiquinhos profissionais manipularem como bonecos na tragédia da disputa do poder.

O movimento de 24 resultou do de 22. Mas fossem quais fossem suas origens, é indiscutível que preponderaram a ordem e a lei, graças à fidelidade e a disciplina da maioria esmagadora das Forças Armadas. Por outro lado, a discutida "Coluna Prestes", em uma demonstração clara de heroísmo e idealismo de jovens oficiais, que pesconhecendo a realidade brasileira "sentiam os males, mas não sabiam avaliar as causas", configura as primeiras exigências, formuladas vagamente, de modificações estruturais na Nação. O "tenentismo" acendeu o farol que nortearia gerações futuras e marcaria o fecho da "República Velha".

Em 1930, embora não lhes faltassem os instrumentos para fazer valer seus pendores legalistas, ante a iminência de hostilidades fratricidas provocadas por pressões sócio-políticas, as Forças Armadas optaram por aceitar a responsabilidade de formar uma Junta Militar. Convém entretanto, que se diga ter a revolução vitoriosa introduzido no Brasil o voto secreto, a justiça eleitoral e a legislação trabalhista.

No insurreição paulista de 1932, as Forças Armadas deram crédito ao governo federal sob a promessa de convocação de eleições e de reimplantação da ordem constitucional no País.

Três anos depois, a Nação despertou sob o impacto de uma intenção comunista. As primeiras vítimas são militares que morrem dormindo por não compactuarem com a traição à Pátria. As Forças Armadas não hesitaram em rechaçar, pronta e enérgicamente, a afronta vermelha, restaurando a tranqüilidade em todo o território brasileiro.

No entanto, o destino é cruel. Estavam as Classes Armadas fadadas, mais uma vez, a incorrer em um lamentável desacerto que enodoaria as páginas de seus anais. Um golpe surdo e branco instaura sorrrateiramente uma ditadura no Brasil, com a benevolência dos militares. Contudo, abstraídos os males e as distorções tributadas pelo regime, foram os mesmos militares que, indiretamente, deitaram as sementes as quais germinariam a destruição do Estado Novo, como operadores da modernização e da valorização, respectivamente, do País e seus filhos.

Mas, as Forças Armadas, ciosas de um passado liberal e convictamente democráticas, não tardariam a se redimir da mácula de 1937. Ao ensejo da derrocada do nazi-fascismo na Europa, os militares em perfeita comunhão com o povo, em 1945, apearam o ditador e recolocaram a Nação no rumo da democracia, confiando o leme ao Poder Civil.

Minimizando as rivalidades das facções políticas extremistas, sobre a governança DUTRA. Malgrado fôsse militar e tivesse ligações com

o homem deposto, em um quinquênio de conciliação nacional, surge como um dos presidentes mais civilistas, imprimindo respeito à lei suprema e uma orientação segura à Nação. Eis mais uma resposta àqueles que insistem em não reconhecer ação equilibrada do soldado quando na chefia do governo.

Poderiam as Forças Armadas ter barrado o retorno dos aventureiros inescrupulosos à cúpula do Estado, mas, em conformidade à índole de respeito à legalidade, acataram a decisão das urnas, que redundaria no trágico desenlace do suicídio de Vargas.

Daí em diante, não só o regime periclitou como também a ordem social vigente cada vez mais se viu ameaçada. Não se deixando emocionalizar pelos eventos, tocaria às Forças Armadas impedir a subversão. Apesar de sabedoras que o futuro governante não possuía credenciais que o habilitassem ao cargo, preferiram garantir a diplomação e investidura do eleito, em uma mostra inequívoca de sua formação e tradição liberal.

Desgastadas as energias da Nação, após um governo pontilhado de efervescências políticas, uma aura de confiança e esperança invadiu os corações brasileiros, quando, repentinamente, surpreendem-se pelo desatino de um homem. Na antevisão do que estava por advir, os militares alertam os habitantes do País do inconveniente acatamento da legislação em vigor e se dispõem mesmo a evitar a consumação do mal. Mas, premidos pela opinião pública ludibriada e insuflada, retrocedem em suas atitudes para assistir, posteriormente, à confirmação das previsões.

Finalmente, quando o risco calculado se corroborava e o povo, desesperado e perplexo, rogava a Deus que livrasse o Brasil do jugo vermelho, as Forças Armadas compenetradas de sua missão, aceitaram o desafio e, a 31 de março de 1964, em uma tomada de posição inigualável, cortaram incisivamente as raízes do comunismo que já se espalhavam por todos os lados.

O QUE SE QUERIA DEMONSTRAR (QUOD EXAT DEMONSTRANDUM)

As coisas nem sempre são realmente o que aparentam ou dizem ser.

Desta breve visão retrospectiva dos principais capítulos que elucidam a ação das Forças Armadas na transição política do Brasil, constata-se que os militares, entre um comportamento progressista e predatório, têm estado mais ligado ao povo do que parece.

Todavia, o perfeito entendimento da atuação do militar no panorama brasileiro se condiciona, preliminarmente, na aceitação de certos preceitos básicos que regem os fenômenos sociológicos:

- Todos os acontecimentos humanos são naturais.
- A toda rápida e brusca transformação social corresponde instabilidade e desintegração de padrões tidos como normais.

— As metamorfoses sociais derivam de movimentos de fundo ecológico, econômico, político, ideológico, cujos vínculos amiúde ultrapassam fronteiras, e, às vezes, levam séculos para tomar forma e viveza.

- O painel nacional retrata normalmente a conjuntura mundial.
- Os homens são mais instrumentos do que causa dos fatos.
- O Estado é dinâmico no tempo e no espaço.

A arte de determinar os objetivos de uma nação e traçar as diretrizes para alcançá-los e mantê-los é o que se denomina de Política Nacional. Esta Política de "P" maiúsculo, cujo desiderato contínuo e superior deve ser a busca do Bem-Estar do povo, emana da interação de duas outras: a de desenvolvimento e a de segurança. Para executá-la o Estado manuseia várias ferramentas que isoladas não têm aplicação. Portanto, a consecução do alvo colimado, em uma sociedade politicamente organizada, exige a correta integração deste instrumental complexo. Considerados os recursos disponíveis de uma nação — econômicos, políticos, militares e psicossociais — mede-se o Poder Nacional pela integral destes meios.

Desta maneira, é natural que as questões militares sofram influências de fatores políticos, sociais, ideológicos, econômicos e vice-versa. O equilíbrio instável ou estável dessas forças em presença depende da cadência com que se operem as transformações sociais no tempo.

Decorre ainda que a vida das sociedades humanas têm sido entremeadas de períodos tranqüilos e de disputas. As fases calmas paten-teiam homogeneidade de crença e sentimento que exprime a estática social — a ordem. Os momentos arriscados de embate transparentam o rompimento dessa homogeneidade que induz à dinâmica social — o progresso.

Tomados os vocábulos "guerra" e "política" no sentido lato, que os dias de hoje reclamam, consagra-se o pensamento de Clausewitz — "A guerra é a continuação da política por outros meios".

Lembrado que à violência dos conflitos armados, internos ou externos, precede a contenção ou dissuasão, também encargo do Poder Militar, agora, depois de vários anos de guerra fria, sabe-se com certeza que a qualquer esforço bélico não se pode separar as metas políticas que o inspiraram.

"Atualmente, as questões militares são tão entrelaçadas com as políticas e as sociais, e com os fenômenos tecnológicos, que é duvidoso se falar em uma estratégia puramente militar", assevera o autor de "U. S. Foreign Policy: Shield of the Republic" — Walter Lipmann.

Por conseguinte, (salvaguardada a evolução das civilizações) é impossível, aos sinais de crise ou no caos político-social, impedir que o Poder Militar assuma naturalmente predomínio sobre os demais.

Isto pôsto, se faz compreendível, em determinadas idades das nações, que as Forças Armadas sejam alçadas a uma posição de destaque. Com muito maior frequência e mais forte razão, tal ocorre nas sociedades em processo de desenvolvimento que não adquiriram ainda um razoável grau de amadurecimento e estabilidade político-social, como muito bem acentuou o moderno sociólogo inglês Toynbee, quando de recente visita ao Brasil.

Assim, pois, percebem-se arrebatadas e generalizadas convulsões econômico-sociais gerarem perturbações de conteúdo político na década de 1930, cujos resultados foram a manifestação súbita da figura do soldado, e, inversamente, a assinatura do armistício, pondo termo à II Conflagração Mundial, promover o degelo de todos os moldes do governo forte. Similarmente, hoje, notam-se duas doutrinas econômicas ou ideologias em confronto, incitando tensões sócio-políticas, enfatizarem uma corrida armamentista e ações bélicas.

É comum também se incriminarem as Forças Armadas de atuarem tardiamente em determinados casos. A esta acusação se contrapõe o argumento que os fenômenos sociológicos, provindo de fundos diversos, que se interpenetram e se perdem nos anos, prescrevem a configuração de um quadro bem límpido para que se os interprete com segurança.

Como última palavra, compete mostrar que o Estado, vivendo sob a ação de duas forças paradoxais e constantes — o conservadorismo e a renovação — não é imutável. Enganam-se aqueles que julgam serem tais componentes de um binário nocivas à existência do Estado. A resultante desse sistema personifica a dinâmica social — aquela fome de sociabilidade — que alimenta e compõe a nação politicamente estruturada.

Destarte, a ruptura da ordem jurídica vigente tem em mira produzir uma outra nova, indicando que as regras até então aceitas não mais satisfazem à vida política da nação. E o fato originário dessa ordem jurídica nova, segundo o jurista alemão Kelsen, vale como se fora uma norma fundamental, da qual deflui a validade do sistema pôsto em execução, tanto como se originasse de uma assembléia constituinte democrática e eleitoralmente instalada. Assim sendo, não há como contestar a legitimidade e o reconhecimento da institucionalização de uma ordem revolucionária vitoriosa.

Enfim, toda mudança de regime é dificultada por elementos diversos que geram compatibilidades e pressões dos mais variados matices. Via de regra, os homens não se adaptam de imediato à nova ordem jurídica.

Focalizando, agora, o militar em si, ver-se-á que não passa de um simples ente humano e cidadão como outro qualquer. Diferencia-se do restante dos indivíduos, no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, com base nos dispositivos legais e regulamen-

tares, apenas quando no exercício de suas atividades deve sobrepor-se às paixões e interesses de grupos, agindo como juiz imparcial nas questões públicas. Mas privá-los do uso dos direitos civis equivale a marginalizá-los do processo democrático e tal não faz sentido. Pois na ordenação das instituições públicas a dignidade humana se solidifica na norma de que todos são iguais perante a lei para o direito e para o dever.

O militar é como o engenheiro, o advogado, o médico, o comerciante, o operário, o sacerdote, o professor, é brasileiro como outro qualquer. Por que não pode ocupar cargos públicos? Em todos os países do mundo, encontram-se militares em postos civis, por que não aqui? Em um país de baixo nível educacional, carente de mão-de-obra especializada e experiente, o conhecimento técnico dos militares, que fez deles agentes do modernismo representado pela industrialização, não pode nem deve ser abandonado.

A instrução científica ministrada nas escolas militares e a experiência pessoal de um trabalho racionalizado, ao longo de alguns anos de serviços múltiplos, deram aos oficiais das Forças Armadas, em tese, habilitações mais ou menos raras, que combinadas abriram caminho para a implantação da indústria de base, a construção de rodovias e ferrovias, as obras de saneamento, açudagem e irrigação, o mapeamento do território nacional, a metodização e difusão de técnicas de ensino e educação física, a criação de colônias agrícolas, e ao aprimoramento dos valores éticos, morais, cívicos e intelectuais do cidadão brasileiro. Por isso, não deve causar espanto se defrontar com militares reforçando os quadros civis das mais diversas organizações, no trabalho profícuo de engrandecimento da Nação.

É preciso lembrar que as Forças Armadas desfaldaram a bandeira do nacionalismo puro. São incalculáveis os frutos ofertados, em cada geração de brasileiros, pelos estabelecimentos de ensino militares, de onde, graças ao alto padrão de instrução por eles mantido, despontaram grandes expressões da cultura nacional. Desde o Império até nossos dias, vários setores da indústria civil vêm sendo supridos por renomados engenheiros e técnicos graduados pelas Forças Armadas.

Não se pode esquecer a obra magnânima de um RONDON, desbravando o interior virgem, levantando postes telegráficos, instalando estações de rádio, estabelecendo núcleos de povoamento e levando a civilização aos índios. Isto para não citar o trabalho anônimo desenvolvido no interior dos quartéis, em cada incorporação, de devolver à sociedade homens mais aptos a viver em sociedade e para a sociedade.

Não se quer dizer com isso que o militar seja o único elemento capacitado de que dispõe a Nação na senda do progresso. Muito pelo contrário. A carreira militar, à medida que a tecnologia faz a arte

da guerra mais complicada e as novas responsabilidades econômico-sociais acarretam efeitos semelhantes nas tarefas da vida civil, pouco tempo propicia ao oficial para se equipar com as ferramentas necessárias à administração de um Estado Moderno (talvez escassez de conhecimentos humanísticos).

Mas o fato é que as culturas que encaravam com desprezo os militares, em etapas mais primitivas da ciência e da tecnologia, agora lhes atribuem grande prestígio pela sua ascensão educacional. Tanto nas áreas capitalistas como socialistas, dentro dos atuais padrões científicos e tecnológicos, o soldado compete em igualdade de condições com os civis na escada do saber.

Representando um agregado mais consciente do cumprimento do dever (por força de uma formação austera e disciplinada) e entrando em contato amiudadamente com civilizações mais adiantadas, o militar é solicitado a importar e a comparar padrões internacionais de cultura aos de sua pátria, o que dá maior sensibilidade às fraquezas de sua própria coletividade.

Além do mais, as Forças Armadas, preocupadas em racionalizar o trabalho para manterem a sua necessária eficiência, dedicam-se à modernização com vantagem sobre o civil. Assim, nos países em fase de transição, constituem as mais modernas agências do governo.

Convocados a desempenhar funções chaves nas sociedades em desenvolvimento, os oficiais, dotados de horizontes mais impessoais e de uma sólida consciência cívica, dificilmente podem ignorar os apelos tácitos e genéricos de modificações profundas em seus países resultando daí o choque entre a massa inculta e esta minoria esclarecida. Casos há, em que cegos pela vontade de acertar e melhorar, subtraem-se mesmo à realidade das possibilidades e limitações de seus Exércitos e compatriotas.

Os profissionais dedicados e idealistas, em grande parte simbolizados pelas novas gerações, vêem na intervenção militar no Poder Político a exação de suas legítimas obrigações a fim de preservar a ordem interna, fomentar a justiça social e o desenvolvimento da nação. Outras há, como em tôdas as partes, que, nas condições embaralhadas, são motivados por insaciáveis apetites pessoais (geralmente os mediocres e carreiristas que em situações normais não apresentam qualidades e qualificações para competir honestamente com os companheiros).

Querer olhar o militar como um ser infalível e imune a enganos foge à lógica do raciocínio. Onde há homens, há orgulho e cobiça, brigas e prejuízos. Entre gerais, como entre os demais homens, a capacidade não pode sempre ofuscar a fraqueza, nem pode o talento encobrir faltas. Falham também em prognósticos e opiniões. Infelizmente, já vem de longe o costume de estender ao conjunto os atos e pensamentos de um militar isolado, principalmente quando suscetíveis de críticas. Lamentavelmente, triste é a sina das Forças

Armadas em episódios desta natureza, pois vencida a tormenta nunca logram ser compreendidas de imediato.

Sempre quando as Forças Armadas interpuseram a sua autoridade nas rixas políticas, o fizeram por omissão ou esfacelamento do Poder Civil, na qualidade de única fonte de energia disciplinada e respeitada para resolver o problema em jogo.

Se os militares tivessem permanecido neutros, ausentes ou se mostrado incapazes de exercer um controle efetivo da situação, os grupos civis radicalizados e rivais teriam colocado o Brasil em uma posição muito mais instável do que se encontra.

Isto torna quase impossível, pelo menos neste ciclo evolutivo, conservar as Forças Armadas afastadas da política. Mesmo assim, as Forças Armadas devolvem ao Poder Civil a direção dos negócios públicos tão logo cessam as razões que justificam a sua intromissão nas questões políticas.

Até surgir o "tenentismo", no primeiro quartel do século XX, com idéias reformistas, pouca atenção tinham dado os governos às massas. Os militares que conduziram as revoluções de 1930 e 1945 apoiaram regimes civis, orientados para as reformas. Os postulados liberais e legalistas abraçados pelos oficiais participantes do movimento de 1930, atraídos pelo golpe de 1937, puseram abaixo a ditadura em 1945.

Sem dúvida, quando a Nação, no processo de aperfeiçoamento democrático, vencer um estágio superior, as Forças Armadas terão a sua missão aliviada.

Em favor das Classes Armadas se pode alegar que, ao aplicarem corretivos aos excessos da politicagem, nunca assumiram a tutela da Nação, nem permitiram que medrasse no Brasil a sombra do caudilho de farda tão comum na América Latina. Ao contrário, mereceram o epíteto de "fator de integração nacional". Os chefes militares brasileiros habitualmente não se desonram com ganhos ilícitos e jamais se valeram dos meios de violência para coagir o povo a admitir suas idéias ou advogaram em causa própria, o que torna as nossas Forças Armadas um caso raro no mundo.

Em uma análise final, infere-se que devido ao crescimento do profissionalismo sadio e ao fato de o militarismo solapar o que há de mais sagrado na carreira das armas — a disciplina consciente — os oficiais condenam os regimes autocráticos.

Para melhor descrever o papel moderador exercido pelos militares brasileiros se transcrevem as observações emitidas por um comentarista estrangeiro — ALAN MANCHESTER:

"O fato de que a nação tenha sido capaz de suportar uma transição incrivelmente rápida para a industrialização sem eliminar sua

estrutura política básica deve-se, em proporções acentuadas, ao Exército. Sob a liderança do Estado-Maior, o Exército tem sido o fator estabilizador que impedia o pêndulo político de se afastar demasiadamente do centro. Deu fim à ditadura, quando cessou a necessidade desse regime, e afastou-se quando os líderes civis lançaram as bases de uma democracia. Voltou a agir quando a liderança política aproximou-se demais do extremo oposto. Teve um papel conservador, estabilizador, desde que adquiriu influência decisiva em 1930."

Finalmente, supor um militarismo caboclo, retrógrado e despótico, como tenta fazer crer uma minoria inexpressiva, é desconhecer as origens, a missão e a atuação das nossas Forças Armadas, é não folhear um livro de História do Brasil.

Se desejarem chamar de militarismo a não omissão dos militares nas horas graves, para esconder um "falso civilismo e caviloso antimilitarismo", quando se troca a irresponsabilidade e a falta de autoridade pela obrigação de responder por seus próprios atos e pelo direito de se fazer obedecer, as Forças Armadas podem ufanar-se de seus integrantes.

O velho aforismo franco-maçônico de que as Forças Armadas devam ser o "Grande Mudo" só encontra guarida entre os mal-intencionados. A mudez é uma deficiência orgânica e, portanto, incompatível de se constituir em um predicado militar. Aos militares não cabe fazer política, contudo, mais do que nunca, nas circunstâncias atuais, têm o dever impostergável de acompanhar a política, vendo e ouvindo com cuidado para que, quando se virem instados a se pronunciar, o façam acertadamente sem se deixar envolver por interesses outros senão os concernentes à sua estrita destinação.

"Ninguém é mais civil do que o militar brasileiro investido na função civil. Nenhuma força se antepõe, no Brasil, mais intransigentemente, à ditadura militar, como a ditadura de qualquer classe, do que a consciência, cívica do soldado", já disseram com muita propriedade e oportunidade.

As Forças Armadas nunca foram, nem serão totalitárias, porque sempre se ativeram a um plano superior, ao regionalismo e ao partidismo político, constituindo a espinha-dorsal de um Estado eminentemente civil, mesmo quando o Presidente veste uniforme.

"O poder é para elas uma servidão transitória, que não pode ser recusado nos momentos de crise, nem prolongado além dele," testemunha um de seus generais em pronunciamento há pouco verificado no Nordeste.

Estranhamente, nos governos de militares é que o Poder Civil se fortalece. "Preservar o Poder Civil e limitar, ao mínimo indisponível, a participação de militares em cargos públicos e, assim mesmo,

utilizando-se quase exclusivamente de oficiais que já deixaram o serviço ativo", tem sido uma das máximas preocupações do Presidente-Marechal.

Uma das provas mais convincentes dêste pensamento encontra-se na aplaudida emenda constitucional que exclui da ativa, transfere para a reserva ou reforma, respectivamente, os militares que se candidatarem a cargos eletivos ou forem eleitos.

Embora não se possa refutar que o Executivo se ache fortificado em decorrência da promulgação da nova Carta, **não se deve confundir um militar no governo, com um governo militar.**

Atentando que as nossas Forças Armadas, de formas diferentes, têm contribuído para a ordem e não para a desordem, e que, no cômputo geral, andam mais de passo certo do que errado, são dignas de todo o respeito e o orgulho de cada cidadão brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO — Biblioteca do Exército
AS FASES DO MILITARISMO NA AMÉRICA LATINA — Victor Alba
DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL E FINALIDADES DO EXÉRCITO —
Gen. H. de A. Castello Branco
ELEMENTOS MILITARES DO PODER NACIONAL — ESG
ELEMENTOS POLÍTICOS DO PODER NACIONAL — ESG
ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — W. W. Rostow
FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS — ESG
FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — Samuel Guimarães da Costa
FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL — Pandiá Calógeras
HISTÓRIA DO BRASIL — Haddock Lobo
HISTÓRIA DO BRASIL — João Ribeiro
HISTÓRIA DO BRASIL — Rocha Pombo
MISSÕES SECUNDÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS — ESG
O EXÉRCITO BRASILEIRO — Gen. Aurélio de Lyra Tavares
OS EXÉRCITOS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO POLÍTICA —
Lucien W. Pie
TEORIA E PESQUISA EM SOCIOLOGIA — Donald Pearson
ARMS AND POLITICS IN LATIN AMERICA — Edwin Lieuwen
THE MILITARY AND SOCIETY IN LATIN AMERICA — John J. Johnson
THE ROLE OF THE MILITARY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES —
Princeton University Press